



Fundação Amazônia Sustentável
Rua Álvaro Braga, 351, 69055-660, Manaus (AM), Brasil
+55 92 4009 8900 fas-amazonia.org

ESTRUTURA DO PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)

SGAS FAS Anexo P



CONTEÚDO

1.	INTRODUÇÃO	3
1.1	Propósito	3
1.2	Objetivo	3
2.	NORMAS APLICÁVEIS	4
3.	TERMINOLOGIA.....	5
4.	PLANO DE ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS	6
4.1	Principais elementos do PEPI	6
	4.1.1 Contexto e Visão Geral do Programa	6
	4.1.2 Requisitos Legislativos.....	6
	4.1.3 Identificação e Mapeamento das Partes Interessadas.....	6
	4.1.4 Engajamento das Partes Interessadas	15
	4.1.5 Gestão de Queixas e Manifestações	17
	4.1.6 Divulgação de informações	17
	4.1.7 Monitoramento e relatórios.....	18

ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS

Nome	Descrição
A&S	Ambiental e Social
SGAS FAS	Sistema de Gestão Ambiental e Social
FGD	Discussão em Grupo Focal
MQM	Mecanismo de reclamação e feedback
IFC	Corporação Financeira Internacional
PIQCTAF	Povos indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
FAS	Fundação Amazônia Sustentável
PRMS	Plano de Restauração dos Meios de Subsistência
MoU	Memorando de Entendimento
ODA	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CQ	Garantia de Qualidade/Controle de Qualidade
PEPI	Plano de Engajamento das Partes Interessadas
ONU	Nações Unidas
UNGP	Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos
BM_NAS	Padrões Ambientais e Sociais do Banco Mundial

HISTÓRICO DO DOCUMENTO

Versão	Revisão	Preparado por	Revisado por	Aprovado por	Data	Comentários



1. INTRODUÇÃO

Cada projeto com envolvimento da FAS, em qualquer dos seus níveis de atuação, requer que um plano de engajamento das partes interessadas (PEPI) seja estabelecido pela equipe responsável (da FAS ou da organização parceira). O PEPI deve ser desenvolvido e implementado pela equipe da FAS ou da organização parceira para todos os projetos.

Esta nota de orientação não pretende ser prescritiva, mas serve como uma estrutura sugerida para a elaboração de um PEPI podendo ser alterada e adaptada ao tipo de projeto, nível de atuação e contexto, conforme necessário. Este documento fornece orientações alinhadas com os padrões aplicáveis listados no manual do SGAS FAS em conformidade com as NAS1, NAS5 e NAS7 do BM e seu conteúdo em acordo com a NAS10 BM.

Esta orientação (incluindo as demais publicações recomendadas) deve ser utilizada para determinar como alinhar o projeto com os padrões aplicáveis. Em casos que o projeto (ou a organização beneficiária) possuir documentos e/ou modelos PEPI semelhantes desenvolvidos e/ou implementados, a FAS deve realizar o exercício de análise de lacunas entre os modelos e/ou documentos existente e esta orientação do SGAS FAS. As lacunas identificadas devem ser resolvidas seguindo a regra – aplica-se o modelo mais rigoroso. Em todos os casos, a equipe da FAS ou da organização parceira e/ou a parte que desenvolve o PEPI devem cumprir os requisitos locais/nacionais.

1.1 Propósito

O objetivo desta nota é orientar a equipe da FAS ou da organização parceira no desenvolvimento de um PEPI eficaz e coerente que, de acordo com os padrões aplicáveis e as melhores práticas internacionais, garanta um envolvimento significativo das partes interessadas, livre de manipulação, interferência, coerção e intimidação em todos os projetos com envolvimento da FAS em qualquer nível de atuação. Também visa garantir que o engajamento das partes interessadas seja conduzido com base em informações antecipadas, oportunas, relevantes, compreensíveis e acessíveis, em um formato e linguagem culturalmente apropriado.

1.2 Objetivo

Os principais objetivos do engajamento das partes interessadas são os seguintes:

- Identificar as partes interessadas relevantes para o projeto: Envolver as partes interessadas para facilitar a comunicação inclusiva e capturar uma ampla gama de questões e preocupações^{1,2}.
- Promover a cooperação e a participação positiva das partes interessadas: Garantir que um processo aberto, inclusivo e transparente de engajamento e comunicação culturalmente apropriados seja realizado, para garantir que as partes interessadas estejam bem-informadas sobre o projeto. A informação deve ser divulgada utilizando os métodos e estruturas mais eficazes para o contexto.
- Distribuir informações precisas sobre o projeto de maneira aberta e transparente: Garantir que as partes interessadas, particularmente aquelas diretamente afetadas pelo projeto proposto, tenham informações sobre os riscos e impactos desproporcionais à sua disposição para fazer comentários informados. Isso reduz os níveis de incerteza e gerencia as expectativas. As informações devem permitir que as partes afetadas desenvolvam uma compreensão dos potenciais impactos adversos, riscos, potenciais benefícios e uma abordagem aberta e transparente é fundamental para alcançar esse objetivo.

¹ Observe que esse tipo de parte interessada geralmente pode ser encontrado em instituições públicas relacionadas à PIQCTAF e comunidades locais, bem como em universidades.

² Para obter mais orientações sobre o envolvimento das partes interessadas sensíveis ao gênero e inclusivo, consulte o [Anexo V – POLÍTICA DE EQUIDADE E DIVERSIDADE](#).

- Formar parcerias para promover a interação construtiva entre todas as partes, desenvolvendo relações de confiança entre a equipe responsável pelo projeto e as partes interessadas: Isso contribuirá para interações e evitará, sempre que possível, conflitos desnecessários baseados em rumores e desinformação.
- Identificar estruturas e processos existentes para lidar com conflitos e queixas, em contraste a estruturas que buscam anular ou contornar disputas e limitam a manifestação das preocupações e expectativas das partes interessadas.
- Registrar e abordar preocupações, problemas e sugestões de todas as partes: Documentar os problemas das partes interessadas permite que as decisões do projeto sejam embasadas. Essa abordagem trata de possíveis preocupações de que o envolvimento das partes interessadas possa ser um gesto simbólico da FAS ou organização parceira que atenda aos requisitos, mas que não seja levado a sério no planejamento do projeto.
- Gerenciar as expectativas das partes interessadas: Garantir que o projeto proposto não crie ou permita que expectativas irrealistas se desenvolvam entre as partes interessadas sobre os benefícios potenciais. O processo de engajamento servirá como um mecanismo para entender e gerenciar as expectativas das partes interessadas, por meio da disseminação de informações precisas de forma acessível.
- Cumprir os requisitos nacionais e internacionais de consulta: Garantir a conformidade com os requisitos regulatórios locais e as melhores práticas internacionais. Um dos principais resultados do engajamento deve ser a definição do processo de consulta livre, prévia e informada (CLPI) quando aplicável.
- Garantir que as informações apropriadas do projeto sobre riscos e impactos ambientais e sociais (A&S) sejam divulgadas às partes interessadas: de maneira e formato oportunos, compreensíveis, acessíveis e apropriados.

2. NORMAS APLICÁVEIS

A lista completa de padrões aplicáveis para o desenvolvimento do PEPI em nível de projeto é indicada no documento do Manual SGAS FAS. Além disso, os seguintes padrões foram usados para o desenvolvimento desta nota de orientação e devem ser refletidos no PEPI no nível do projeto:

- Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGP, 2011), incluindo a Nota de orientação sobre o envolvimento das partes interessadas (UNGP, 2020)³.
- BM_NAS10 do Banco Mundial sobre Engajamento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações (WB, 2017),³ incluindo a Nota de Orientação BM_NAS10 (WB, 2016);⁴
- Princípios Voluntários para Segurança e Direitos Humanos (VPSHR);⁵
- Um Manual de Boas Práticas para Empresas que Fazem Negócios em Mercados Emergentes (IFC, 2007);⁶

³ <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/837721522762050108-0290022018/original/ESFFramework.pdf#page=111&zoom=80>

⁴ <https://documents1.worldbank.org/curated/en/476161530217390609/ESF-Guidance-Note-10-Stakeholder-Engagement-and-Information-Disclosure-English.pdf>

⁵ <https://www.voluntaryprinciples.org/the-principios/>

⁶ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/affbc005-2569-4e58-9962-280c483baa12/IFC_StakeholderEngagement.pdf?MOD=AJPERES&CVID=jkD13-p

- Nota de Boas Práticas para o Setor Privado: Abordando os Riscos de Retaliação contra as Partes Interessadas do Projeto (IFC, 2021).^{7,8,9}

3. TERMINOLOGIA

O Quadro 1 abaixo detalha os principais termos usados nesta nota de orientação do PEPI.

Quadro 1 - Terminologia

Termo	Definição
Área de Influência	A área dentro da qual o programa ou projeto tem capacidade em criar mudança no acesso e uso dos recursos naturais, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ■ Zona de impacto direto, uma área, muitas vezes demarcada por um limite de área protegida, onde as restrições de acesso estarão em vigor e serão aplicadas por força de lei. ■ Zona ou zonas de impacto indireto, áreas onde as partes interessadas afetadas residem, trabalham ou cultivam, incluindo zonas de amortecimento, áreas que experimentam crescimento econômico, aumento do tráfego ou influxo devido às atividades do programa ou projeto.
Comunidade	Geralmente definido como um grupo de indivíduos mais amplo do que a família, que se identificam como uma unidade comum devido a laços culturais, sociais, religiosos, econômicos ou governamentais tradicionais reconhecidos, ou por meio de uma localidade compartilhada.
Consentimento livre, prévio e informado	CLPI é um direito humano coletivo dos PIQCTAF de dar ou negar seu consentimento antes do início de qualquer atividade que possa afetar seus direitos, terras, recursos, territórios, meios de manutenção de autonomia e segurança alimentar. Este direito é exercido por meio de representantes de sua própria escolha e de maneira consistente com seus próprios costumes, valores e normas. O CLPI existe para promover, proteger e salvaguardar o pleno gozo e exercício de vários direitos humanos fundamentais subjacentes, incluindo os direitos à propriedade, cultura e autodeterminação ¹⁰ .
Organização parceira	Uma organização que está em acordo contratual com a FAS e recebendo apoio financeiro e técnico por meio de um instrumento de parceria.
Projeto	Todas as atividades relacionadas planejadas, implementadas pela equipe operacional da FAS, da organização parceira ou terceiros por elas contratados.
Equipe do Projeto	Todos os colaboradores direta ou indiretamente relacionados a um projeto.

⁷ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_gpn_reprisalrisks

⁸ O FAS segue a definição padrão WB de IP (compare também a nota de orientação do CLPI) e requer a aplicação do CLPI conforme definido pelo BM_NAS7. Como melhor prática e também para evitar possíveis conflitos em comunidades onde indígenas e não indígenas vivem em ambientes mistos, os projetos podem e são incentivados a adotar o CLPI para essas comunidades mistas, bem como para outras comunidades locais e grupos vulneráveis afetados pelo projeto.

⁹ Para mais aprofundamento sobre definições aplicação do CLPI: Accountability Framework Initiative. Orientação operacional sobre consentimento livre, prévio e informado. Accountability Framework, 2019.
https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf

Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAPs)	Qualquer pessoa que sofra perda de bens, acesso a renda, seja de natureza temporária ou permanente, devido ao projeto, independentemente de estar fisicamente deslocada ou realocada ou não.
Partes interessadas	Todo e qualquer indivíduo, grupo, organização e instituição interessado e potencialmente afetado por um projeto ou que tenha a capacidade de influenciá-lo.
Pessoas e grupos vulneráveis	Aqueles que estão vulnerabilizados, menos capazes de acessar os benefícios de um projeto, ou mais propensos a sofrer impactos adversos das atividades de um projeto, agravados por conta de interseccionalidades relacionadas a etnia, cor, gênero, identidade sexual, idioma, religião, opinião, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou status social percebido.

4. PLANO DE ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS

4.1 Principais elementos do PEPI

As subseções a seguir detalham os principais elementos de um PEPI que são os seguintes:

- Contexto e visão geral do projeto.
- Requisitos legislativos.
- Identificação e mapeamento de stakeholders.
- Engajamento das partes interessadas.
- Gestão de queixas e manifestações.
- Divulgação de informações.
- Monitoramento e elaboração de relatórios.

4.1.1 Contexto e Visão Geral do Programa

O PEPI deve fornecer um breve esboço do projeto, contexto e fornecer uma visão geral das atividades/componentes planejadas no projeto. Este contexto e visão geral do projeto são importantes para desenvolver outras etapas de engajamento das partes interessadas.

Deve-se notar que não existe uma maneira única de conduzir o engajamento das partes interessadas. As abordagens de engajamento das partes interessadas devem ser específicas para o contexto e podem diferir de projeto para projeto. Portanto, fornecer contexto e visão geral do projeto é essencial para escolher as ferramentas certas para desenvolver um PEPI eficiente.

4.1.2 Requisitos Legislativos

Além dos padrões aplicáveis mencionados acima e das melhores práticas internacionais, o PEPI deve revisar a legislação relevante que pode envolver disposições sobre o envolvimento das partes interessadas no contexto do projeto. Caso os padrões nacionais (ou jurisdicionais) sejam mais rigorosos do que os requisitos internacionais, esses padrões devem ser atendidos. No caso de as disposições nacionais serem menos rigorosas do que os requisitos internacionais, as normas internacionais devem ser cumpridas.

4.1.3 Identificação e Mapeamento das Partes Interessadas

4.1.3.1 Identificação das partes interessadas

Como primeiro passo para o desenvolvimento do PEPI, uma lista com todas as partes interessadas relevantes do projeto inicial deve ser gerada. Isso inclui todos os grupos, indivíduos e organizações relevantes, potencialmente afetados direta ou indiretamente pelo projeto. Deve ser utilizada uma abordagem sistemática para identificar todas as partes interessadas relevantes.

Recomenda-se considerar não apenas atores relacionados ao território em que as atividades do projeto serão implementadas, mas também as instalações associadas, rotas de transporte e acesso, áreas potencialmente afetadas por impactos cumulativos ou desenvolvimentos não planejados, mas previsíveis.

Essa análise ajudará a estabelecer a área de influência do projeto e determinar quem será afetado de quais maneiras possíveis. A lista de partes interessadas deve ser continuamente atualizada com o avanço do projeto. Se disponível, deve ser encaminhado para novas partes interessadas informações anteriores compartilhadas com as partes interessadas e outros materiais de consulta.

A identificação e verificação dos representantes das partes interessadas pode ser útil e importante na distribuição de informações a um grande número de partes interessadas e na obtenção de suas contribuições sobre as atividades relacionadas ao projeto.

Ao identificar os representantes das partes interessadas, é necessário verificar se essas pessoas têm de fato legitimidade e mandato para representar os pontos de vista e interesses do grupo mais amplo de partes interessadas. Isso pode ser feito conversando com uma amostra de pessoas afetadas pelo projeto (PAPs). Os representantes legítimos das partes interessadas podem ser, mas não estão limitados a:

- Representantes eleitos de conselhos regionais, locais e/ou de aldeia.
- Líderes tradicionais, como chefes de aldeia ou líderes tribais.
- Líderes religiosos.
- Professores de escolas e universidades.
- Presidentes, diretores, etc. de cooperativas locais, ONGs, grupos de mulheres e / ou jovens, etc.

4.1.3.2 Análise das partes interessadas

É importante adaptar a metodologia de engajamento às partes interessadas considerando sua relação com o projeto (sua influência e interesse). O mapeamento das partes interessadas busca entender o nível de interesse das partes interessadas no projeto e a influência potencial na tomada de decisões.

Também é importante observar que os interesses e o nível de influência das partes interessadas são dinâmicos e mudam com o tempo; daí a necessidade de atualizar periodicamente o mapeamento das partes interessadas.

Os principais grupos de partes interessadas que provavelmente serão identificados logo no primeiro PEPI são, por exemplo, comunidades locais, sociedade civil, autoridades governamentais nacionais e locais, etc. O mapeamento também ajudará a identificar as partes interessadas que podem ter mais dificuldade em participar das atividades de consulta e são afetadas ou interessadas no projeto por causa de seu status marginalizado ou vulnerabilizado.

O mapeamento das partes interessadas considera:

- Quem é afetado pelo projeto proposto e como.
- Quem são os líderes comunitários formais e informais e até que ponto eles são vistos como legítimos.
- Se a parte interessada apoia, é neutra ou se opõe ao projeto.
- Os interesses e preocupações de cada parte interessada em relação ao projeto; e
- Como diferentes partes interessadas podem influenciar o projeto e quais riscos ou oportunidades isso representa.

4.1.3.3 Mapeamento das partes interessadas

Como próximo passo, deve ser fornecido um resumo de todas as partes interessadas e seu nível de risco, mapeando seu nível de influência em relação ao seu nível de impacto potencial no desenvolvimento do projeto. O resultado final do mapeamento afetará como o projeto pretende se

(por exemplo, quais técnicas devem ser usadas, frequência de engajamento etc.). A Figura 1 abaixo fornece algumas orientações sobre como mapear as partes interessadas relevantes no gráfico e estabelecer os respectivos grupos de partes interessadas.



Fonte: PNUD, 2020.

Figura 1 - Ferramenta de mapeamento de partes interessadas

4.1.3.4 Princípios básicos do engajamento das partes interessadas

Os seguintes princípios devem ser incorporados no desenvolvimento de cada PEPI. Uma boa consulta e engajamento devem ser:

- **Direcionado** para aqueles com maior probabilidade de serem afetados pelo projeto.
- Cedo o suficiente para definir o escopo de questões-chave e afetar as decisões do projeto com as quais elas se relacionam.
- **Informado** como resultado de que informações relevantes são divulgadas com antecedência.
- **Significativo** para os consultados porque o conteúdo é apresentado em um formato facilmente compreensível e as técnicas utilizadas são culturalmente apropriadas.
- **Bidirecional** para que ambos os lados tenham a oportunidade de trocar pontos de vista e informações, ouvir e ter seus problemas resolvidos.
- **Inclusivo** para acomodar vários grupos sociais e suas necessidades, por exemplo, inclusivo por idade, abordando partes interessadas de várias faixas etárias e acomodando suas necessidades específicas, sensível ao gênero por meio da consciência de que homens e mulheres muitas vezes têm visões e necessidades diferentes; inclusivo para pessoas com deficiências físicas e mentais, grupos marginalizados, etc.¹¹
- **Localizado** para refletir os prazos, o contexto e os linguagem locais apropriados.
- **Livre de manipulação ou coerção.**
- **Documentado** para acompanhar quem foi consultado e as principais questões levantadas.
- **Reportado** de forma atempada aos consultados, com esclarecimento dos próximos passos; e
- **Contínuo**, ou sejam, siga ativo e atualizado durante toda a vida do projeto.

¹¹ Para obter mais orientações sobre o envolvimento das partes interessadas sensíveis ao gênero e inclusivo, consulte o **Anexo V – POLÍTICA DE EQUIDADE E DIVERSIDADE.**

que não existe uma única maneira correta de realizar consultas, pois o processo sempre dependerá do contexto.

4.1.3.5 Estabelecendo um Plano de Ação de Engajamento das Partes Interessadas

Para comunicar tópicos relevantes relacionados ao projeto e definir os requisitos de comunicação e como as informações serão compartilhadas, é melhor estabelecer um plano de ação concreto para as atividades de engajamento das partes interessadas. As questões prioritárias devem ser destacadas e tratadas com prioridade se precisarem de atenção especial (por exemplo, pontos de atenção, divergências, controvérsias, grupos de partes interessadas de alto risco, etc.). O plano deve descrever, no mínimo, o seguinte:

- Informações que serão comunicadas, incluindo o nível de detalhe e formato.
- Com quem estará envolvido e em que momento.
- Com que frequência as atividades de engajamento serão realizadas.
- Como as informações serão comunicadas – documentos escritos, em e-mail, telefone, portal da web, mensageiros, linha telefônica gratuita, jornais, site, rádio etc.
- Quando as informações serão distribuídas, a frequência da comunicação do projeto, tanto formal quanto informal.
- Quem é responsável por comunicar as informações do projeto, quem será responsável por quais atividades de engajamento.
- Requisitos de comunicação para todas as partes interessadas do projeto.
- Como as informações sensíveis ou confidenciais são comunicadas e quem deve autorizá-las.
- Como as mudanças na comunicação ou no processo de comunicação serão gerenciadas.
- Quaisquer restrições, internas ou externas, que possam afetar a comunicação do projeto; e
- O processo de escalonamento para resolver quaisquer conflitos ou problemas baseados em comunicação.
- Como os resultados do PEPI serão documentados.

O Quadro 2 abaixo fornece um exemplo mínimo de plano de comunicação com as partes interessadas. O plano deve resumir todas as atividades de engajamento das partes interessadas realizadas e descrever como o feedback afetará / influenciará o desenho, estratégia e as atividades do projeto.

Quadro 2 - Modelo de plano de comunicação com as partes interessadas

Interessados	Interesse	Questões levantadas	Plataforma de Comunicação	Comentários

4.1.3.6 Itens Chave para Comunicação

A seguir estão algumas das mensagens importantes que devem ser comunicadas às partes interessadas:

- Antecedentes do projeto (incluindo objetivos).
- Descrição e localização do projeto.
- Atividades do projeto.
- Os potenciais impactos adversos e benefícios e apresentados pelo projeto.
- O processo que será seguido para envolver as partes interessadas; e
- Como e quando as partes interessadas podem participar do projeto.

Particularmente, será necessário informar as partes interessadas sobre todas as atividades planejadas do projeto e os riscos e impactos potenciais sobre elas, bem como oportunidades. A comunicação do projeto deve ser estruturada e oferecida regularmente, mas com a flexibilidade de responder aos problemas à medida que surgem.

É especialmente importante que as seguintes informações sejam comunicadas às partes interessadas do projeto:

- Atividades de com categoria de risco B e B+.
- Impactos potenciais das atividades com categoria de risco B e B+; e
- Quaisquer interrupções de serviços públicos ou privados (por exemplo, transportes).
- A lista de queixas que foram recebidas e resolvidas¹² – isso garantiria que as partes interessadas não dependessem de rumores como sua principal fonte de informações sobre o projeto.

4.1.3.7 Métodos de engajamento

O engajamento das partes interessadas visa tornar as informações sobre o projeto acessíveis às partes interessadas e afetadas. Comunicar essas informações de maneira compreensível para as partes interessadas do projeto é um passo inicial importante no processo de engajamento das partes interessadas.

Uma variedade de métodos de comunicação está disponível para envolver as partes interessadas, refletindo seu nível de autoridade, contexto socioeconômico e fatores culturais e intelectuais, como nível de educação e alfabetização. Portanto, o melhor método de comunicação deve ser avaliado durante o processo de análise e mapeamento das partes interessadas.

É importante que os idiomas relevantes, especialmente os idiomas e dialetos locais, sejam considerados para as atividades de engajamento das partes interessadas. Além disso, as pessoas analfabetas devem ser identificadas e informadas de forma não escrita. A linguagem usada durante o engajamento das partes interessadas deve ser mantida sensível e culturalmente apropriada.

O Quadro 3 abaixo fornece uma visão geral dos métodos comuns que podem ser usados para disseminar informações às partes interessadas, dependendo do grupo de partes interessadas e dos níveis de alfabetização.

Quadro 3 - Metodologias comuns de engajamento de stakeholders

Tipo	Tipos & Ferramentas	Mais útil onde
Reuniões	Reuniões públicas com as comunidades	O projeto precisa fornecer informações sobre o projeto ou feedback para um grupo, comunidade, etc.
	Reuniões individuais ou em pequenos grupos com os principais grupos de partes interessadas, agências governamentais, entrevistas com pessoas chave	Para fornecer ou coletar informações específicas de um indivíduo (como um regulador)
Pesquisas	Questionários domiciliares	Pode ajudar a estabelecer um conjunto de dados de linha de base quando um projeto terá impactos diretos e indiretos sobre pessoas ou comunidades; serão usados para monitorar o bem-estar em nível de núcleo familiar (por exemplo, para demonstrar a restauração dos meios de manutenção e autonomia das famílias)

¹² Observe que as queixas podem ser apresentadas de forma agregada e anônima.

	Pesquisas de ativos	Se um projeto impactará os ativos físicos (por exemplo, estruturas, plantações) e precisa avaliá-los para compensação e informar a restauração e o reassentamento dos meios de manutenção da autonomia das famílias
Oficinas Participativas	Discussões em grupos focais	A fim de oferecer oportunidades para discussão detalhada sobre questões que não são bem abordadas em grandes grupos; especialmente com partes interessadas que podem não participar de formatos de grupos maiores (por exemplo, mulheres, grupos marginalizados)
	Avaliações rurais participativas, Mapeamento de vulnerabilidade Ranking de riqueza e outras formas de classificação para a tomada de decisões	Poucas fontes secundárias de dados estão disponíveis. Os líderes locais e outras partes interessadas estão dispostos a percorrer áreas-chave e descrever os elementos sociais dessas áreas para a equipe do projeto
	Oficinas	Isso envolve planejamento e apresentações sobre o progresso das atividades ou para aprofundar uma demanda ou preocupação específica das PAPs
Fóruns de negociação	Comitês com membros efetivos das comunidades afetadas, governo e sociedade civil	O projeto precisa negociar restrições de acesso e uso de recursos para determinada área do projeto
Materiais escritos	Quadros de avisos da comunidade / Centros de informações Boletins informativos / fichas informativas Perguntas frequentes	Fornecer informações regulares sobre o projeto em locais de fácil acesso
Mídia	Rádio Redes sociais Grupos de Whatsapp ou similares Número de chamada gratuita	Disseminar informações em uma ampla área, incluindo públicos regionais, nacionais e internacionais (geralmente em uma variedade de idiomas apropriados)
Métodos participativos	Dramatização Cronogramas e tendências históricas Calendário sazonal Horários diários Mapeamento de recursos e cartografia social de aldeias	As partes interessadas não estão familiarizadas com um projeto e o projeto está buscando desenvolver um bom relacionamento com as comunidades locais, reconhecendo a própria agência das comunidades, construindo cooperação e propriedade da comunidade sobre o projeto

4.1.3.8 Considerações especiais

Existem vários aspectos que devem ser especialmente considerados ao desenvolver o PEPI. As subseções a seguir detalham os aspectos que requerem atenção especial.

Devido à vulnerabilidade de alguns grupos, estratégias especiais de engajamento podem ser necessárias. Para obter mais orientações sobre métodos de engajamento de partes interessadas sensíveis ao gênero e socialmente inclusivos, consulte o **Anexo V – POLÍTICA DE EQUIDADE E DIVERSIDADE**.

Observe que, embora deva ser dada atenção especial ao envolvimento com os grupos mencionados acima, geralmente as atividades de engajamento das partes interessadas devem ter como objetivo incluir todos os grupos de partes interessadas.

Adicionalmente deve-se enfatizar que o envolvimento para fins de aquisição / reassentamento de terras requer o envolvimento com todos os PAPs de acordo com o BM_NAS5.

Engajamento das mulheres

Ao desenvolver o PEPI específico do projeto, atenção especial deve ser dada à inclusão de mulheres. Dependendo do contexto do projeto, o status social e econômico das mulheres pode variar em relação ao status dos homens, o que deve ser considerado pela equipe do projeto. Além disso, mulheres e homens afetados pelo projeto podem ter diferentes interesses e habilidades para influenciar o resultado de um projeto. O contexto cultural e as diferentes barreiras (geográficas, físicas, atitudinais, informacionais e comunicacionais) que podem prejudicar a participação igualitária e equidade de gênero devem ser considerados para todas as atividades de engajamento das partes interessadas.

Para superar essas barreiras, a participação das mulheres precisa ser facilitada e incentivada em todas as atividades de engajamento das partes interessadas. Isso inclui a organização de atividades de engajamento das partes interessadas compatível com as rotinas diárias das mulheres e onde suas atividades ocorrem.

A oferta de cuidados infantis durante as reuniões pode ser um fator importante para aumentar a participação das mulheres. O projeto deve, portanto, calcular o orçamento para isso em todas as reuniões e envolvimento das mulheres nas atividades do projeto. O calendário deve ser adaptado aos horários e dias de trabalho de homens e mulheres.

Consultas de gênero devem ocorrer de forma sistemática para evitar que as mulheres se sintam ameaçadas e reduzir o risco de violência ou intimidação masculina contra as mulheres. Todos os atores importantes devem estar envolvidos na busca de soluções para aumentar a participação das mulheres.

Os métodos a seguir podem ser usados para aumentar a participação das mulheres nas atividades de engajamento das partes interessadas.

- Métodos de consulta inclusivos de gênero e idade.
- Entrevistas apenas para mulheres/idosos/jovens.
- Grupos focais específicos de gênero ou idade e consultas de grupos.
- Uso de dados segregados por gênero.
- Reuniões separadas com cooperativas de mulheres ou associações juvenis.
- Assentos reservados em comitês de direção, órgãos de tomada de decisão e monitoramento para mulheres, jovens e idosos.
- Escolher horários e locais de consulta que aumentarão a inclusão de gênero e idade.
- Fornecer cuidados infantis durante as atividades do PEPI ou permitir a presença de crianças.
- Sessões de capacitação personalizadas com moderadoras mulheres.
- Realizar ações positivas e reserva de assentos quando necessário para identificar aspectos-chave para as mulheres.

Deve-se lembrar que as mulheres não são um grupo homogêneo e que mulheres diferentes podem ter visões e opiniões diferentes sobre o projeto em questão. Portanto, é essencial garantir a representação de diferentes perspectivas femininas durante as reuniões de consulta das partes interessadas, o que pode ser alcançado incluindo mulheres de diferentes origens socioeconômicas, etnias e idades, estado civil ou linhas religiosas. Pode ser útil consultar ONGs especializadas em mulheres ou organizações comunitárias que representem mulheres de grupos minoritários.

Para obter mais orientações sobre o envolvimento das partes interessadas sensíveis ao gênero, consulte o **Anexo V – POLÍTICA DE EQUIDADE E DIVERSIDADE**.

Envolvimento com os jovens

Outro grupo que requer atenção especial dependendo do contexto do projeto são os mais jovens (crianças, adolescentes, jovens adultos) para os quais deve ser assegurado um processo de consulta adequado.

Para superar essas barreiras, a participação dos jovens precisa ser facilitada e incentivada por meio de atividades de engajamento específicas. Isso inclui organizar atividades de engajamento das partes interessadas em torno de suas rotinas diárias e onde suas atividades ocorrem (por exemplo, escolas, igrejas, espaços recreativos na comunidade). As reuniões devem ser adaptadas e consensuadas ao seu horário habitual de estudo e trabalho, por exemplo, ocorrer após o horário de funcionamento da escola, ou horário normal de trabalho e estar próximas de instituições relevantes.

Além disso, os respectivos meios de engajamento devem ser escolhidos, por exemplo, os mais jovens podem optar por se envolver mais via redes sociais em comparação com as gerações mais velhas. Os demais atores importantes devem estar envolvidos na busca de soluções para aumentar a participação dos jovens.

Envolvendo-se com grupos marginalizados e vulneráveis

Pode ainda ser necessário em alguns projetos ter reuniões distintas com outros grupos vulneráveis ou marginalizados, como PIQCTAF, PCDs, comunidade LGBTQIA+¹³ etc., a fim de garantir a inclusão de grupos marginalizados e desfavorecidos para projetar sua segurança e proteção se estiverem sujeitos a formas de discriminação e assédio nas áreas do projeto. Exemplos para garantir a inclusão de tais grupos nas atividades do PEPI são, entre outros, mas não limitados a:

- Reuniões privadas que garantem um certo grau de anonimato.
- Fornecimento de informações em formato acessível.
- Locais de fácil acesso para pessoas com deficiência.
- Suporte para refeições, transporte, acomodações.
- Pode ser necessário o fornecimento de uma diária para compensar por perdas de dias trabalhados (por exemplo, devido a longos tempos de viagem, reuniões).
- Fornecimento de trabalhadores de apoio para ajudar os participantes com deficiência.
- Prestação de serviços de interpretação simultânea (por exemplo LIBRAS)

Para obter mais orientações sobre o envolvimento socialmente inclusivo das partes interessadas, consulte o **Anexo V – POLÍTICA DE EQUIDADE E DIVERSIDADE**.

Engajamento com os povos indígenas

Projetos que envolvem PIQCTAF e comunidades consuetudinárias requer etapas adicionais, como a obtenção de consentimento livre, prévio e informado (CLPI) ou o desenvolvimento de um plano para os PIQCTAF (PIQCTAF). Para obter mais orientações sobre isso, consulte o SGAS FAS, o **Anexo O – PROTOCOLO DE CONSENTIMENTO LIVRE PRÉVIO E INFORMADO (CLPI)** e o **Anexo N – PLANO DOS POVOS INDÍGENAS, DE QUILOMBOLAS, DE COMUNIDADES TRADICIONAIS OU DE AGRICULTORES FAMILIARES**.

Envolvendo-se em ambientes desafiadores

A FAS reconhece que muitos projetos de projeto podem estar localizados em ambientes sociais e políticos complexos e potencialmente inseguros. Além disso, o projeto pode ser implementado em territórios remotos e difíceis de acessar ou ainda cobrir grandes áreas, o que aumentará a dificuldade

¹³ LGBTQIA+ significa "lésbica", "gay", "bissexual", "transgênero", "queer" e "intersexo" e um sinal de mais como um espaço reservado para outras identidades.

mapear todos os atores sociais necessários para desenvolver um plano abrangente de engajamento das partes interessadas, dados os recursos limitados.

Nesses casos, as abordagens do projeto serão regidas pelo contexto e pelos recursos disponíveis. A equipe da FAS ou da organização parceira deve considerar o envolvimento mínimo aceitável e viável para obter uma representação tão ampla quanto possível das partes interessadas. Isso pode incluir, mas não se limitar a:

- Realização de trabalhos com base em amostras representativas de comunidades ou famílias.
- Usar sistemas de comunicação por satélite (por exemplo Centro de Mídias da SEDUC).
- Incentivar as partes interessadas a usarem o MQM como meio de comunicar seus pontos de vista, problemas e perspectivas sobre impactos e riscos.
- Desenvolver e fortalecer comitês de nível comunitário local que possam ser regularmente envolvidos com a equipe do projeto.

Um alto grau de sensibilidade é exigido por todos os membros da equipe do projeto envolvidos em relação a conflitos atuais e anteriores (legados) na área de influência do projeto. Isso é essencial, uma vez que o não envolvimento das partes interessadas tem o potencial de exacerbar conflitos inter ou intracomunitários, ou conflitos entre os atores.

Além disso, retaliação contra a equipe do projeto deve ser antecipada, monitorada e mecanismos devem ser implementados para evitá-la (por exemplo, por meio de treinamento da equipe e oportunidades para levantar queixas confidenciais ou anônimas) e investigar e responder quando necessário. Para referência adicional, a Nota de Boas Práticas da IFC sobre como lidar com os riscos de retaliação contra as partes interessadas do projeto¹⁴ pode ser útil.

O envolvimento das partes interessadas em áreas com surtos de doenças infecciosas requer uma avaliação de risco cuidadosa para proteger a equipe do projeto e as partes interessadas. Todas as medidas sanitárias necessárias devem ser tomadas (se necessário, máscaras de proteção, distanciamento social, videoconsultas, etc.) para garantir a saúde e a segurança da equipe do projeto e das partes interessadas.

Outros desafios relacionados ao envolvimento das partes interessadas podem ser causados por conflitos humanos com a vida selvagem ou restrições de acesso e uso da terra. Para obter mais orientações sobre essas circunstâncias específicas e o que deve ser considerado em tais casos para atividades de engajamento das partes interessadas, consulte o Manual SGAS FAS, e o **Anexo M – ESTRUTURA DE PLANEJAMENTO E ENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES E ALDEIAS PARA ESTABELECIMENTO DE RESTRIÇÕES VOLUNTÁRIAS DE ACESSO E USO DOS RECURSOS NATURAIS**, bem como **Anexo I – REQUISITOS A&S E MOU PARA COLABORAÇÃO COM FORÇAS DE SEGURANÇA**.

Consultas lideradas pelos órgãos públicos

Em alguns projetos de projeto, órgãos públicos podem liderar atividades independentes de engajamento das partes interessadas. É importante que a equipe da FAS ou da organização parceira acompanhe e participe das atividades de engajamento se mantenha informado sobre seu conteúdo e resultados.

A equipe da FAS ou da organização parceira deve cooperar com os órgãos públicos na realização de atividades de engajamento das partes interessadas, a fim de garantir que as consultas estejam em

¹⁴ Nota de boas práticas sobre como lidar com os riscos de retaliação contra as partes interessadas do projeto, IFC, 2021. Disponível em: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at

conformidade com as normas aplicáveis e, se não, realizar atividades complementares de engajamento.

Sempre que possível, o projeto deve ter como objetivo promover um envolvimento conjunto das partes interessadas, a fim de evitar duplicação de esforços, fadiga das partes interessadas e acordos diferentes sobre as mesmas questões.

Por fim, os órgãos públicos devem ser considerados como uma parte interessada em si e ser incluído nos processos de planejamento de engajamento das partes interessadas.

4.1.4 Engajamento das Partes Interessadas

Uma vez que todas as partes interessadas relevantes são identificadas, mapeadas e uma estratégia de comunicação e engajamento é desenvolvida, o engajamento das partes interessadas pode ocorrer.

4.1.4.1 Reuniões com as partes interessadas

As reuniões com as partes interessadas são a forma mais importante de envolvimento das partes interessadas, pois permitem o intercâmbio direto entre a equipe do projeto e as partes interessadas relevantes, como as comunidades afetadas. As reuniões de engajamento das partes interessadas devem ocorrer durante todo o ciclo de vida do projeto. Deve haver vários formatos de reuniões com as partes interessadas, como discussões em grupos focais, com grupos específicos ou reuniões comunitárias mais amplas.

Geralmente, deve-se considerar que a escolha de um local deve privilegiar locais onde as partes interessadas se sintam mais confortáveis, que provavelmente será um local dentro das comunidades. Isso é importante para aumentar os níveis de participação e engajamento nas reuniões de engajamento das partes interessadas.

4.1.4.2 Participação Informada

Quando um determinado grupo de partes interessadas é afetado pelo projeto, é importante garantir que a parte interessada seja devidamente informada e incentivada a participar de assuntos relacionados ao impacto adverso, incluindo a localização de medidas de mitigação, benefícios e oportunidades de desenvolvimento propostos etc.

Essa forma mais intensa e ativa de engajamento das partes interessadas é chamada de participação informada. Implica uma troca mais aprofundada de pontos de vista e informações sobre o projeto e tende a gerar um senso de copropriedade entre os PAPs e a equipe da FAS ou da organização parceira responsável pelo projeto ao processo e seus resultados.

A participação informada deve ser usada para tópicos sensíveis e quando um grupo de partes interessadas é materialmente mais afetado do que outros. Exemplos em que a participação informada é útil podem ser nas seguintes circunstâncias do projeto, mas não estão limitados a:

- Reassentamento físico e/ou econômico.
- Restrições de acesso à terra e à recursos.
- Envolvimento com PIQCTAF (observe que aqui também pode ser necessário o CLPI).

Para gerar participação informada, as seguintes ferramentas, técnicas e métodos podem ser usados:

- Oficinas participativas.
- Entrevista com pessoas chave
- Discussão em grupos focais
- Cronogramas e tendências históricas.
- Técnicas de avaliação rural participativa.
- Mapeamento de recursos.

Documentação

É essencial que todas as atividades de engajamento das partes interessadas, em particular as reuniões conduzidas com as partes interessadas, sejam devidamente documentadas. Isso deve incluir pelo menos o formato, data, o local, a pauta, os encaminhamentos e o número de participantes. Além disso, deve haver documentação dos principais temas e questões/comentários e preocupações das principais partes interessadas, principais resultados da reunião e requisitos para ações de acompanhamento.

O Quadro 4 e 5 fornecem orientação sobre como documentar adequadamente as atividades de engajamento das partes interessadas. Essas fichas são necessárias como evidência do envolvimento das partes interessadas e devem ser registradas sistematicamente. Fotos ou gravações das atividades também são recomendadas sempre que possível, considerando o consentimento das partes interessadas, no entanto, devem ser realizadas de maneira culturalmente apropriada.

Quadro 4 - Modelo de resumo das atividades com as partes interessadas

Formato	Data	Local	Pauta	Encaminhamento	Número de participantes

Quadro 5 - Modelo de ata para cada atividades

Tema	Principais questões / comentários das partes interessadas	Resultado do Reunião/ações acordadas	Acompanhamento necessário? Se sim, o quê?

4.1.4.4 Engajamento contínuo

É importante que o envolvimento das partes interessadas seja um processo contínuo e ocorra durante todo o ciclo de vida do projeto. Os planos e atividades implementados irão, portanto, alimentar e informar o envolvimento contínuo das partes interessadas, garantindo que o diálogo bidirecional com as pessoas afetadas, tanto positiva quanto negativamente pelo projeto, seja mantido.

O objetivo será garantir que o projeto permaneça em contato com todas as partes interessadas e ciente de suas preocupações, e que estas sejam abordadas de maneira eficaz e oportuna. Em cada etapa do projeto, um cronograma detalhado de atividades e eventos será desenvolvido e amplamente divulgado para que as pessoas saibam como interagir e participar do projeto. O Quadro 6 abaixo fornece um exemplo de modelo de cronograma de engajamento das partes interessadas.

Quadro 6 - Modelo de cronograma de engajamento contínuo das partes interessadas

Cronograma de engajamento proposto e em andamento	
Tópico	Frequência
Atividades de engajamento formais	
Briefing para órgãos municipais e escritórios regionais	Trimestral

Briefing para OEMAS	Ad-hoc
Briefing para os conselhos e comitês	Mensal
Briefing para terceiro setor	Semestralmente
Briefing para Líderes Tradicionais	Trimestral
Briefings para Líderes Jovens	Trimestral
Briefing para Grupos Comunitários de Jovens	Trimestral
Workshops e grupos focais com PIQCTAF	Mensal

Atividades de engajamento informais

Contatos informais com líderes comunitários e outros líderes de opinião importantes	Conforme necessário
Contatos informais com outros funcionários importantes do governo e reguladores	Conforme necessário

Atividades de disseminação de informações

Atualizações nos quadros de avisos públicos	Semanalmente ou conforme necessário
Boletim informativo do projeto	Semestralmente
Visitas agendadas pela equipe de relações comunitárias a cada comunidade	Semanalmente
Relatórios de progresso do projeto	Trimestral

Comitês

Comité Consultivo da Comunidade	Trimestral
Comitê Consultivo de Mulheres	Trimestral

Processo de Reclamação

Queixas e Manifestações	Diariamente, Seg. a Sex, 8h30 às 15h
-------------------------	--------------------------------------

Adaptado de: KfW, 2021.

4.1.5 Gestão de Queixas e Manifestações

A equipe da FAS ou da organização parceira poderá utilizar o MQM-FAS ou estabelecer um MQM específico o programa ou projeto para lidar com as queixas e manifestações das partes interessadas sendo que neste segundo caso o MQM no nível de programa/projeto precisa ter suas práticas alinhadas com o MQM FAS.

Uma reclamação ou preocupação levantada por um indivíduo ou organização que julga ter sido afetado negativamente pelo projeto durante qualquer estágio de seu desenvolvimento. As queixas podem assumir a forma de queixas e manifestações específicas por danos ou lesões reais, preocupações gerais sobre as atividades do projeto, incidentes e impactos ou impactos percebidos.

Para obter orientações detalhadas, consulte o SGAS FAS, **anexo T - MECANISMO DE QUEIXAS E MANIFESTAÇÕES DA FAS**, **anexo Q - MECANISMO DE QUEIXAS E MANIFESTAÇÕES NO NÍVEL DE PROGRAMA** e **anexo S - MODELO DE RELATÓRIO DE INCIDENTES GRAVES**.

4.1.6 Divulgação de informações

Disponibilizar informações às partes interessadas e afetadas é essencial para aumentar a transparência e a responsabilidade pelos impactos relacionados ao projeto. Todas as atividades de engajamento das partes interessadas, desde consulta, participação informada até negociação e resolução de queixas e manifestações, serão mais eficientes se as partes interessadas tiverem informações precisas e oportunas sobre atividades e resultados. Informações confidenciais (como queixas e manifestações confidenciais enviadas por meio do MQM) devem ser tratadas com confidencialidade. Os seguintes princípios devem ser considerados na divulgação de informações:

- As informações devem ser divulgadas o mais cedo possível.
- As informações divulgadas devem ser objetivas (fatos) e transparentes.
- As informações divulgadas devem ser precisas.
- As incertezas devem ser explicadas (por exemplo, pior cenário, melhor e mais provável).
- Deve ser garantida a acessibilidade para recuperar as informações divulgadas.

4.1.7 Monitoramento e relatórios

É importante monitorar e avaliar os esforços de engajamento das partes interessadas para garantir que os resultados desejados estejam sendo alcançados e manter um registro abrangente das atividades de engajamento e das questões levantadas. As atividades de monitoramento e avaliação sugeridas são descritas abaixo:

- Monitorar o registro de queixas e manifestações¹⁵ regularmente em termos de tempos de resposta para lidar com as queixas e manifestações registradas, bem como a recorrência de queixas e manifestações ao longo do tempo. Isso informará a avaliação de risco do projeto.
- Atualizar regularmente do registro de partes interessadas sempre que outras partes interessadas forem identificadas.
- Manter registros de todas as atividades de engajamento das partes interessadas: Isso será preenchido com detalhes sobre as informações apresentadas, perguntas, respostas e compromissos assumidos e ações, e resultados da avaliação da reunião, quando apropriado.
- Mantenha uma biblioteca (eletrônica ou impressa) de todo o material de comunicação. Isso incluirá todas as comunicações recebidas das partes interessadas e do monitoramento da mídia.
- Desenvolver e avaliar a efetividade do PEPI. Por exemplo: número de compromissos realizados por mês; pontualidade da divulgação de informações do projeto; incorporação de pontos de vista das partes interessadas no desenho do projeto e planos de gerenciamento relevantes; número de queixas pendentes / número resolvido; número de queixas encaminhadas para ação legal.
- Revisar anualmente o desempenho do MQM e revisar as políticas, procedimentos e ações de acordo, com o objetivo de reduzir o número de queixas e manifestações, melhorar o processo de resolução e melhorar o desempenho geral de A&S.

Métricas e evidências associadas a avaliação de efetividade do PEPI, devem considerar:

- Feedback informal de grupos de partes interessadas.
- Registro de queixas e manifestações.
- Acessibilidade, disseminação e uso de documentação.
- Eficácia do planejamento, ferramentas e execução do engajamento.
- Eficácia da representação e participação no engajamento.
- Eficácia do processo de feedback ambiental e social incorporando as necessidades da comunidade no desenho do projeto.
- Coleta de dados segregados por gênero.

Ao relatar, é essencial que a equipe da FAS ou da organização parceira reporte às partes interessadas e as informe sobre como o feedback informou medidas de mitigação ou alterou o procedimento para realização de avaliações futuras similares, etc. É uma boa prática e cortesia comum

¹⁵ Consulte a documentação do SGAS FAS, **Anexo Q - MECANISMO DE QUEIXAS E MANIFESTAÇÕES NO NÍVEL DE PROGRAMA** e o **anexo S - MODELO DE RELATÓRIO DE INCIDENTES GRAVES**, para obter mais orientações.

as partes interessadas sobre o que aconteceu após a consulta inicial, e isso aumentará a confiança na equipe da FAS ou da organização parceira e no projeto.

4.1.7.1 Promoção do monitoramento participativo

Processos de monitoramento eficazes estão intimamente ligados ao estabelecimento de comunicação horizontal e efetiva. A consulta deve ser realizada para informar a gerência do projeto sobre o seguinte:

- Reuniões comunitárias serão realizadas periodicamente para monitorar as percepções das partes interessadas; e
- As partes interessadas locais serão envolvidas no monitoramento dos impactos adversos e na avaliação da eficácia das ações de mitigação.

O monitoramento participativo vai um passo além de apenas relatar às partes interessadas sobre o processo adicional desde as atividades iniciais de engajamento das partes interessadas, mas inclui as partes interessadas no processo de monitoramento. Exige que as partes interessadas estejam presentes quando as atividades de monitoramento são realizadas e permite que participem e proponham indicadores que sejam significativos para elas.

4.1.7.2 Monitoramento externo

O monitoramento externo é recomendado para aumentar a transparência do projeto e de suas atividades de engajamento das partes interessadas. A participação de um auditor externo para efeitos de acompanhamento aumentará também a credibilidade dos resultados. O monitoramento externo pode ser feito ao longo das atividades do projeto, como parte das revisões de médio prazo e como uma auditoria final após a conclusão do projeto.

4.1.7.3 Requisitos de recursos

O planejamento orçamentário é essencial para garantir que os recursos adequados estejam disponíveis para a implementação do PEPI. Portanto, o plano (anual) de aquisições e contratações desenvolvido deve conter uma seção sobre os recursos que serão necessários e os respectivos custos para realizar o engajamento necessário das partes interessadas. Todo orçamento necessário às atividades do PEPI deve ser identificado e alocado de forma a custear (não exaustivo):

- Coordenação Interna
- Equipe (por exemplo, oficial de ligação com a comunidade)
- Atividades de engajamento previstas no PEPI
- Formação da equipe do projeto, de lideranças locais, de facilitadores e multiplicadores conforme o PEPI
- Mídia
- Monitoramento da mídia
- Veículos, logística para as ações do PEPI e relacionamento contínuo com PAPs
- TI e Comunicações
- Apoios para viabilizar a participação de grupos vulnerabilizados
- Segurança para as atividades do PEPI
- Facilitadores
- Auditores externos